**Manuel Pinheiro ALVES**

Nascido em São Miguel de Ceide\*, terra de naturalidade de seus pais, Manuel Pinheiro Alves (1807-1863) emigrou muito novo para o Brasil. Por lá labutou e enriqueceu. Regressou à Pátria, «pesando uns oitenta contos de réis», segundo os termos de um dos do¬cumentos do inventário, por sua morte.

Instalou-se no Porto\*. Nesta cidade se consorciou com Ana Augusta Plácido\*, em 28-9-1850, no dia imediato à noiva ter completado 19 anos (e não 18, como afirmam alguns biógrafos). Era um dos ornamentos da urbe invicta, ligado a vários empreendimentos, o que é revelador do seu espírito de iniciativa: proprietário de barcos (1850); director do Banco Comercial do Porto (1850 e 1856); proeminente e dos primeiros accionistas da Fundição do Bicalho (1851); dos corpos gerentes da Companhia Garantia (1855); director da Assembleia Portuense\*, o famoso «Palheiro», que Camilo tantas vezes ridicularizou (1856); director fiscal do Banco Mercantil (1858); director do Banco Comercial (1858), etc.

Depois da morte dos sogros, António José Plácido\*, no naufrágio do Porto\*, em 1852, e Ana Augusta Vieira Plácido\*, em 1855, Pinheiro Alves assumiu um papel de relevo no clã familiar, coadjuvado é certo pelos cunhados António Bernardo Ferreira\* e Claudino Pereira Faria\* - não por ser o mais rico, sublinhe-se, mas por ser o mais idoso e prudente.

Várias turbulências perturbaram a tranquilidade da família Plácido: o casamento da cunhada Antónia com o riquíssimo António Bernardo Ferreira\* (2-3-1852), contrariado pela autoritária Antónia Ferreirinha; o casamento da cunhada Emília por via judicial, com o espanhol D. Martin de Torres Velasquez (22-3-1856); o falecimento da cunhada Jerónima (28-11-1856); e, finalmente, a doença da mais jovem das cunhadas, Maria José\*, também vitimada pela tuberculose (25-10-1858), que ele recolheu, acarinhou e acompanhou (algumas vezes) nas constantes deslocações por terras nortenhas mais propícias à saúde da enferma.

Em 1858 a esposa teve um filho (ao cabo de quase 8 anos de esterilidade), nascido a 11 de Agosto, que recebeu o nome de Manuel Augusto Pinheiro Alves, conhecido depois por Manuel Plácido\*. Quando parecia que a felicidade lhe sorria, dá-se o escândalo do adultério. Em Janeiro de 1859, um parente denunciou-lhe as ligações amorosas da esposa com o «periodiqueiro» Camilo. As relações existiam já antes do nascimento do Fialho, mas o facto foi ocultado no processo que se lhe seguiu. Com efeito, ao «querelar pelo crime de adultério» os amantes, aos 22 de Dezembro de 1859, Pinheiro Alves afirmará que Ana Augusta Plácido, sua esposa, «travou relações amorosas e trato ilícito com Camilo Castelo Branco, escritor público, nesta cidade, em princípios do corrente ano de 1859».

Para abafar o implacável falario do burgo, depositou a prevaricadora em casa de um seu amigo, Agostinho Francisco Velho\*, exercendo pressão para forçá-la a recolher-se a convento. Ana Plácido recusou a sugestão e abandonou o lar de Francisco Velho para ir viver com o romancista, na Rua de Cedofeita, levando o filho consigo. Continuaram as diligências para separar os amantes, concordando Ana Plácido em se alojar no Convento da Conceição\*, em Braga, tendo o marido fornecido «meios e dinheiro tudo no valor de 900:000» réis. Ao cabo de 38 dias, porém, ausentava-se do convento e voltava para a companhia do escritor.

Convencido de que não recuperaria a esposa, desencadeou o processo de adultério, passados que eram 11 meses. Ana Plácido é presa no Porto, a 6-6-1860, e Camilo entrega-se às autoridades em 1-10-1860. Os inculpados serão absolvidos às O honras do dia 16-10-1861. (Para o processo do adultério, v. Revista de Investigação Criminal\*, Porto, do nº 3, de Abril 1981, ao nº 9, de Fevereiro de 1983.) Magoado com o desfecho, Manuel Pinheiro Alves viajou pelo estrangeiro, tendo no entanto contribuído por interpostas pessoas para a conveniente instalação da esposa e do «filho» no Recolhimento de São Cristóvão\*, em Lisboa (1862), talvez esperançado em conseguir finalmente a ambicionada separação. Faleceu em Famalicão, a 15-7-1863, deixando uma fortuna avaliada em 26 855 580 réis, além de imóveis, entre os quais a Quinta de S. Miguel de Ceide\*.  
  
(In: Dicionário de Camilo Castelo Branco de Alexandre Cabral.2ª ed. Lisboa :  
Editoral Caminho, 2003. p. 34-35.)